



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas

30ª CONFERÊNCIA SANITÁRIA PAN-AMERICANA

74ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 26 a 30 de setembro de 2022

CSP30/DIV/5
Original: inglês

**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO QUINQUENAL 2018-2022,
DRA. CARISSA F. ETIENNE,
DIRETORA DA REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA E
DIRETORA REGIONAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE PARA AS AMÉRICAS**

**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO QUINQUENAL 2018-2022,
DRA. CARISSA F. ETIENNE,
DIRETORA DA REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA E
DIRETORA REGIONAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE PARA AS AMÉRICAS**

26 de setembro de 2022

**30ª Conferência Sanitária Pan-Americana
74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas**

Excelências, colegas, funcionários, senhoras e senhores.

Devo avisá-los de que este é um longo relatório. É um informe dos cinco anos do nosso trabalho, e por isso peço sua compreensão. Vamos começar.

Hoje, tenho a ilustre honra, o privilégio sem preço e o imenso prazer de apresentar a vocês o Relatório Quinquenal do Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde correspondente ao período de agosto de 2017 a junho de 2022. Este é meu segundo — e último — relatório quinquenal para este egrégio órgão, e seu tema, *Defendendo a equidade em saúde em prol do desenvolvimento sustentável*, resume o referencial segundo o qual a OPAS tem funcionado durante meus dez anos como Diretora desta Organização.

Este tema representa o trabalho que empreendemos para capacitar e apoiar os países em seu progresso rumo às metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo que a saúde é essencial para a realização de todas as metas dos 17 ODS.

A equidade não é somente um dos valores centrais da OPAS, mas também reflete e reforça os princípios da Declaração de Alma-Ata de 1978, especialmente a importância da estratégia de atenção primária à saúde, e da Agenda 2030, que afirma que ninguém deve ser deixado para trás na busca pelo desenvolvimento sustentável nacional.

Embora a terminologia possa ter mudado ao longo dos anos, o princípio subjacente permaneceu constante: a saber, que as abordagens e estratégias baseadas na equidade, nos direitos humanos, de todo o governo e toda a sociedade, centradas nas pessoas e que colocam a saúde em todas as políticas são fundamentais para a saúde e para um desenvolvimento nacional no qual todas as pessoas participem e sejam capacitadas a realizar seu pleno potencial e a viver as melhores vidas possíveis.

A pandemia de COVID-19, em curso desde março de 2020, tem descortinado e ampliado as desigualdades que existem nos países e entre eles, mundialmente e na Região das Américas. Os mais otimistas entre nós esperavam, sem dúvida, que a COVID-19 recuasse significativamente com o passar do tempo, mas aqui estamos hoje, após mais de dois anos e meio na pandemia, em uma situação em que os casos sobem e descem e variantes de preocupação do vírus continuam a surgir. As iniquidades e desigualdades exacerbadas pela pandemia têm ressaltado a jornada complexa e desafiadora que enfrentaremos para construir sociedades melhores e mais justas, sociedades que não pisem ou menosprezem os indivíduos ou grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, mas que procurem ajudá-los a atingir a saúde e o bem-estar físico, mental e espiritual ideais.

Estamos vendo um maior apreço pelo fato de que pessoas com experiências de vida de todos os tipos — pobreza, HIV, doenças não transmissíveis, problemas de saúde mental, COVID-19 ou qualquer outra condição — são especialistas em suas próprias experiências e perspectivas, assim como cientistas, tecnocratas e outros profissionais são peritos em suas próprias áreas de especialização. Ninguém mais viveu as experiências singulares daqueles por elas afetados. Eles têm aportes valiosos a contribuir para as políticas e os programas que os afetam, e devem ser incluídos e envolvidos no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de tais intervenções.

Esta Organização, com seus valores arraigados de equidade, excelência, solidariedade, respeito, integridade e pan-americanismo, fará 120 anos de existência no dia 2 de dezembro de 2022. O conhecido cantor caribenho de Calypso Slinger Francisco, também conhecido como “The Mighty Sparrow” [“O Pardal Poderoso”], canta que *age is just a number* (“a idade é só um número”). Neste caso, ele está certíssimo. A OPAS segue vibrante, inovadora, ansiosa para aprender, pronta para construir com base em seus êxitos e enfrentar os desafios emergentes, com funcionários e parceiros dedicados ao serviço em prol da saúde dos povos das Américas.

Aqui, devo destacar os magníficos esforços do pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana — juntamente com os dos Estados Membros da OPAS e de parceiros cada vez mais diversos — para não apenas organizar uma resposta à pandemia, mas também continuar trabalhando em outras áreas prioritárias da saúde pública, para que não percamos muitos dos ganhos obtidos ao longo dos anos.

Deixem-me agora abordar algumas das áreas que desejo destacar do relatório quinquenal de 2022.

A Repartição manteve seu foco diligente em apoiar os países para que progridam rumo à cobertura universal de saúde e ao acesso universal à saúde — ou seja, a saúde universal. Em abril de 2019, lancei o Pacto Regional pela Atenção Primária à Saúde para a Saúde Universal (APS 30-30-30) na Cidade do México, fazendo um apelo aos Estados Membros da OPAS para que avançassem com as reformas do setor da saúde com base na atenção primária. O Pacto APS 30-30-30 estabeleceu metas para eliminar as barreiras de acesso à saúde em pelo menos 30%; aumentar os gastos públicos em saúde para pelo menos 6% do PIB, com 30% desses recursos sendo investidos no primeiro nível de atendimento; e transformar os sistemas de saúde para fornecer serviços de qualidade equitativos, inclusivos e integrais, com base na estratégia de atenção primária.

O acesso oportuno a medicamentos, suprimentos e tecnologias de saúde essenciais a preços possíveis também é um componente essencial da saúde universal, e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública da OPAS — o Fundo Estratégico da OPAS — continuou a desempenhar um enorme papel cooperativo para facilitar a aquisição pelos Estados Membros, tornando-se ainda mais importante na mitigação de quebras de estoque devido às interrupções nas cadeias de suprimentos globais relacionadas à COVID-19, conforme os países lutavam não apenas para responder à pandemia, mas também para manter os serviços essenciais de saúde.

A colaboração da RSPA com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para produzir a primeira *Global Benchmarking Tool* visando a avaliar a capacidade regulatória nacional para medicamentos, com base em nossa ferramenta regional, representou um marco significativo. Essa ferramenta permitiu aos países identificar e priorizar áreas de desenvolvimento institucional para assegurar uma ação eficaz na aquisição e distribuição de medicamentos e tecnologias de saúde de qualidade, seguros e eficazes.

O Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS aumentou acentuadamente seu alcance devido às restrições de viagem e outras limitações impostas durante a pandemia, e demonstrou seu imenso valor, considerando a demanda extraordinária por capacitação para apoiar a resposta à COVID-19. O Campus Virtual de Saúde Pública tem sido fundamental para fornecer orientação técnica sobre a COVID-19 a mais de 2 milhões de contrapartes e parceiros nacionais, bem como orientações para o público em geral.

Como vocês podem bem imaginar, este aspecto da cooperação técnica da Repartição, que foi realizada no âmbito dos dez pilares da Estratégia da OPAS de Resposta à COVID-19, constituiu uma proporção considerável das nossas atividades gerais. A Repartição forneceu comunicação de risco estratégica, capacitação, orientação técnica em muitos formatos — incluindo documentação escrita em vários idiomas — e apoio logístico para abordar todos esses pilares, além de mobilizar recursos financeiros e humanos nos níveis nacional, sub-regional e regional para auxiliar na resposta.

As capacidades construídas por meio da rede SARInet, uma colaboração regional de profissionais de hospitais, laboratórios e organizações associadas que participam da vigilância da síndrome respiratória aguda grave na região, abriram o caminho para a criação da COVIGEN, a Rede Regional de Vigilância Genômica da COVID-19, em março de 2020. O sequenciamento genômico do SARS-CoV-2, o agente causador da COVID-19, permitiu a caracterização do vírus envolvido nesse surto, bem como o monitoramento subsequente de sua evolução, a identificação de variantes de preocupação e a elaboração de protocolos e orientações de diagnóstico.

A iniciativa Hospitais Inteligentes provou mais uma vez seu valor como componente dos esforços para manter os serviços essenciais de saúde funcionando durante a pandemia e em outras situações de emergências e desastres. Este projeto — que começou em 2015 com o financiamento inicial do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, e mais recentemente recebeu apoio adicional da Global Affairs Canada — termina em dezembro deste ano. Ele apoiou a reforma de 50 unidades de saúde nos sete países caribenhos participantes, visando a torná-las não apenas seguras, mas também ecológicas, inteligentes e resilientes ao clima. Este projeto criou um *Movimento Inteligente* que se espalhou além do setor da saúde, da sub-região do Caribe e da Região das Américas.

A redução da mortalidade materna, com ênfase no manejo da hemorragia obstétrica, foi o foco da Repartição nos dez países que têm os índices mais altos de mortalidade materna. Utilizando uma abordagem interprogramática e ações em vários níveis em toda a Repartição, juntamente com assessores técnicos adicionais, foi reforçada a capacitação para alcançar as mulheres que estavam em maior risco, foram atualizadas as bases curriculares técnicas e foram desenvolvidos e implementados planos com base em novas evidências. Esta iniciativa resultou em uma redução mensurável das mortes maternas, que continuaremos a monitorar e apoiar.

A vacinação segue como uma pedra angular da nossa cooperação técnica. Ela tem sido um componente fundamental da resposta à COVID-19, e estamos trabalhando assiduamente para promover e desenvolver estratégias para aumentar a aceitação das vacinas contra a COVID-19. Embora os pessimistas apontem que essas vacinas não previnem infecções pelo SARS-CoV-2, muitas vezes ignoram as notáveis evidências de sua eficácia na prevenção ou redução de doença grave pela COVID-19, complicações, internações e morte na maioria das pessoas.

Embora saibamos incontestavelmente que a vacinação salva vidas, a cobertura regional de vacinação de rotina caiu nos últimos anos por vários motivos, incluindo o enfraquecimento das

orientações técnicas, uma vez que os programas de PAV foram descentralizados em alguns países como parte das iniciativas de reforma do setor da saúde; a redução dos recursos de PAV no nível nacional e regional; o aumento da carga de trabalho do pessoal no nível nacional e a necessidade de responder a vários surtos; a complacência da população e os crescentes sentimentos antivacinação e de hesitação vacinal, juntamente com os impactos negativos da pandemia nos serviços de saúde — são todos responsáveis por esta queda na cobertura.

A Repartição e seus parceiros renovaremos vigorosamente nossos esforços conjuntos para defender e promover a vacinação contra a COVID-19 e outras imunizações de rotina, e esperamos poder contar com vocês para isso. O ímpeto é ainda maior, considerando a situação atual de circulação de poliovírus tipo 2 derivado de vacina isolado de um adulto não vacinado, bem como de várias amostras obtidas de águas residuais, em Nova York. Cabe lembrar que a poliomielite já havia sido eliminada nas Américas há cerca de trinta anos. Acredito firmemente que a atitude apática em relação à vacinação como um bem de saúde pública se deve muitas vezes ao fato de que muitas pessoas agora não estão mais familiarizadas com as doenças que passaram a ser prevenidas pela vacinação, doenças essas que antes eram um flagelo nas populações, especialmente a infantil, causando muita mortandade e incapacidade.

Não deveríamos jamais precisar testemunhar ou passar por esses desfechos infelizes e trágicos novamente, pois a carga de morbimortalidade seria elevada e os custos de oportunidade para controlar e evitar tais surtos seriam exorbitantes. Por conseguinte, vamos continuar expandindo e promovendo o Fundo Rotativo da OPAS para Acesso às Vacinas. Há mais de quarenta anos esse mecanismo é, e continua sendo, um poderoso testemunho da solidariedade regional.

Uma prioridade estratégica contínua, e o foco da Repartição, tem sido a redução das iniquidades em saúde. A Repartição fortaleceu a incorporação dos quatro temas transversais — diversidade cultural, equidade, gênero e direitos humanos — em sua cooperação técnica, e desempenhou um papel de liderança ao permitir a integração desses temas nos avanços dos países rumo à saúde universal.

Em abril de 2019, a Repartição emitiu uma nota de orientação sobre o gerenciamento de risco de saúde em populações indígenas. Também elaboramos planos de saúde para jovens afrodescendentes e indígenas na América Latina e no Caribe em 2018, uma *Estratégia e Plano de Ação sobre Etnia e Saúde 2019-2025*, um relatório regional sobre a saúde dos povos afrodescendentes na América Latina em 2021, e publicamos um número especial da *Revista Pan-Americana de Saúde Pública* em 2021, que foi dedicado à equidade em saúde nas Américas depois da COVID-19.

Promovemos diálogos de conhecimento — também chamados diálogos interculturais — com o objetivo de melhorar o acesso a serviços de saúde que atendessem de maneira equitativa pessoas, grupos e comunidades de diferentes origens e culturas, e trabalhamos com parceiros para expandir a cobertura vacinal contra a COVID-19 em populações que vivem em situação de vulnerabilidade.

Reforçamos a apreciação dos trabalhadores da saúde pelas estratégias de promoção da igualdade de gênero — inclusive com a produção de um relatório regional sobre masculinidades e saúde do homem em 2019, que foi atualizado em 2020 — e promovemos os direitos humanos e a saúde nos mais altos níveis de formulação de políticas, com foco na legislação como um marco fundamental para a efetivação do direito à saúde e de outros direitos humanos. Como parte de uma estratégia mais ampla para aumentar a conscientização e construir capacidades relacionadas às abordagens baseadas nos direitos humanos, a RSPA publicou uma série de notas técnicas resumindo os principais instrumentos e normas internacionais

de direitos humanos do Sistema ONU e do Sistema Interamericano, com recomendações de medidas para efetivá-los.

Continuamos o esforço de eliminação de doenças na região e obtivemos avanços mensuráveis contra a malária, o tracoma, a filariose linfática, a raiva transmitida por cães, a doença de Chagas e a febre aftosa em países selecionados. A cooperação técnica da Repartição resultou em avanços consideráveis para a eliminação da transmissão materno-infantil do HIV e da sífilis, especialmente em vários países e territórios do Caribe.

Foram avançadas medidas para enfrentar a resistência aos antimicrobianos (RAM), utilizando a abordagem de Saúde Única — incluindo um projeto de cooperação entre países para o desenvolvimento da saúde que envolveu a Argentina e Estados Membros da Comunidade do Caribe. Uma realização significativa na região foi o desenvolvimento de planos de ação nacionais para enfrentar a RAM em todos os 35 Estados Membros da OPAS, liderados por comitês intersetoriais de Saúde Única.

Um fator essencial que contribuiu para o sucesso da eliminação de doenças imunopreveníveis foi o Fundo Rotativo da OPAS para Acesso a Vacinas, um componente crítico do programa de prevenção e controle de tais doenças. O Fundo Rotativo da OPAS é um pilar fundamental da cooperação técnica da Repartição, não apenas para facilitar o acesso equitativo dos Estados Membros a vacinas de qualidade, seguras e acessíveis, mas também por desempenhar um papel fundamental na previsão da demanda de vacinas e assegurar uma abordagem de preço único mais baixo.

Também possibilitou a rápida ampliação do leque de vacinas oferecido pelos Estados Membros participantes, incluindo vacinas contra a COVID-19.

Ao promover e justificar a abordagem multissetorial para a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis, a Repartição enfatizou os argumentos econômicos para investir em DNTs, e reforçou a capacidade das autoridades nacionais de saúde de adotar e incorporar argumentos e evidências econômicos em seus diálogos e ações de promoção de causa com outros setores. A Repartição também firmou uma parceria com a OMS e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para desenvolver uma série de casos de investimento para DNTs e transtornos de saúde mental, neurológicos e por uso de substâncias.

A Repartição defendeu fortemente a coerência das políticas fiscais e de saúde na aplicação de impostos específicos sobre produtos nocivos à saúde como tabaco, álcool e bebidas açucaradas, e ampliou seu trabalho em matéria de intervenções técnicas e legislativas para o controle do tabaco, alinhadas com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Em 2019, o Brasil tornou-se o segundo país do mundo — depois da Turquia — a implementar as seis medidas do pacote de políticas MPOWER da OMS para controle do tabaco. Nesse mesmo ano, o Canadá e o Uruguai tornaram-se os primeiros países da região a introduzir embalagens padronizadas para produtos de tabaco. Em 2020, a América do Sul tornou-se a primeira sub-região das Américas — e o primeiro continente multinacional do mundo — a promulgar regulamentações para espaços públicos completamente livres de tabaco.

A prevenção e o controle da obesidade, incluindo a prevenção da obesidade infantil, foi um foco importante para a Repartição, que forneceu orientações sobre questões que vão desde a amamentação até atividades escolares, implementação de políticas de rotulagem nutricional com base no modelo de

perfil de nutrientes da OPAS e restrições à propaganda de gêneros alimentícios para crianças nocivos à saúde.

As intervenções de promoção da saúde e capacitação da Repartição resultaram na ampliação, em toda a região, do programa HEARTS para redução de doenças cardiovasculares, que tem como objetivo padronizar o tratamento da hipertensão na atenção primária. A Repartição também contribuiu para o progresso na formulação e implementação de políticas, planos e leis para lidar com os transtornos mentais e de abuso de substâncias. Esses últimos se concentraram em reduzir o papel dos hospitais psiquiátricos por meio da desinstitucionalização e da integração da saúde mental na APS e no manejo de base comunitária, em abordagens baseadas nos direitos humanos e em programas para promover a saúde mental e prevenir esses transtornos. Em 2022, a Diretora lançou uma comissão para documentar e analisar a situação da saúde mental no contexto da COVID-19. A Repartição também integrou a saúde mental e o apoio psicossocial em sua cooperação técnica para respostas a emergências e desastres — incluindo a COVID-19.

A coleta, análise, divulgação e uso de informações e evidências são fundamentos essenciais para a ação e a prestação de contas em saúde pública. A Repartição racionalizou suas intervenções para fortalecer os sistemas de informação para a saúde e a transformação digital na região, incluindo o desenvolvimento e a aplicação, em todos os Estados Membros da OPAS, de uma ferramenta padronizada de avaliação de maturidade em sistemas de informação para a saúde.

A Repartição reforçou a análise da saúde e as métricas de equidade relacionadas aos ODS, trabalhando para desenvolver indicadores que não somente reflitam os avanços em direção às metas do ODS 3, mas também a redução das iniquidades conforme fazemos tais avanços.

Com a aprovação da *Estratégia e plano de ação para a promoção da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030*, a Repartição obteve um marco operacional para o compromisso da região de abordar os determinantes da saúde — sociais, econômicos, políticos, comerciais, ambientais e outros.

Isso facilitou o fortalecimento das habilidades e competências para a ação multissetorial e com múltiplos interessados na região, o que é essencial para abordar de maneira efetiva os determinantes sociais e outros determinantes da saúde, assegurar ambientes saudáveis e seguros e reduzir as desigualdades. Além da cooperação técnica geral da Repartição nesta área, cinco países da região se comprometeram a participar da Iniciativa Especial Multipaíses de Ação sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS, que visa a demonstrar a eficácia de estratégias, políticas, modelos e práticas que abordam os determinantes sociais da saúde.

A Repartição também contribuiu para a melhoria da saúde dos trabalhadores, determinando e documentando o impacto das ocupações na saúde dos trabalhadores, inclusive nos setores informais, e criando capacidades em saúde ocupacional e segurança do trabalho para as instituições de saúde.

Em resposta ao agravamento da crise climática, a Repartição estabeleceu um programa sobre mudança do clima e saúde e fortaleceu a governança e as parcerias intersectoriais em matéria de saúde e mudança do clima, exemplificadas pelo desenvolvimento e implementação do Plano de Ação do Caribe sobre Saúde e Mudança do Clima, o Plano Andino de Saúde e Mudança do Clima e a Declaração dos Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados sobre Mudança do Clima e Saúde Humana de 2018.

A Repartição deu prioridade à cooperação técnica para a finalização dos planos nacionais de adaptação da saúde (H-NAPs, na sigla em inglês) para a mudança do clima.

A agilidade da Repartição em adaptar seus programas e intervenções de cooperação técnica para incorporar e priorizar a resposta à COVID-19 — enquanto continua seu apoio e contribuição para outros importantes programas de saúde — foi ancorada por suas funções habilitadoras.

A Repartição assegurou que a governança efetiva da Organização fosse mantida, lançando mão de avanços tecnológicos e redesenhando processos de trabalho para convocar reuniões dos órgãos diretores da OPAS, e tornou o fortalecimento institucional mais sistemático por meio das iniciativas de desenvolvimento organizacional, criadas em junho de 2020 para fazer os ajustes necessários para manter a OPAS apta para seus propósitos.

A transparência e a ética foram reforçadas por meio da criação de um Escritório de Investigações independente em 2018, separando as funções ética e investigativa da Repartição. A Repartição emitiu novas políticas de ética sobre exploração e abuso sexual e uso das mídias sociais pelo pessoal, bem como políticas revisadas e atualizadas sobre conflitos de interesse, responsabilidade pelo patrimônio e proteção contra represálias para pessoas que se manifestam [denunciantes] quando as políticas são violadas.

Houve uma melhora considerável nos processos de planejamento estratégico e prestação de contas da Repartição, com o desenvolvimento consultivo e participativo do Plano Estratégico 2020-2025 da OPAS, análise mais rigorosa do impacto da cooperação técnica bienal, fortalecimento da função de avaliação, maior grau de integração dos temas transversais da OPAS e maior foco nos países. O foco nos países é uma marca registrada da cooperação técnica da Repartição, e foi reforçado por meio da incorporação de histórias de sucesso nacionais nos relatórios de cooperação técnica, de um maior destaque à adaptação regional da abordagem global às estratégias de cooperação dos países, da reestruturação de programas sub-regionais para engajar os mecanismos de integração sub-regional nos mais altos níveis políticos e de um aumento da promoção e utilização da cooperação nacional para o desenvolvimento da saúde, visando a compartilhar experiências e catalisar o aprendizado mútuo entre os Estados Membros da OPAS.

Outras transformações e/ou adaptações das funções habilitadoras que foram impulsionadas pela resposta à COVID-19 incluíram uma maior mobilização de recursos, com mobilização de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão desde 2018, e aproximadamente US\$ 530 milhões em um período de dois anos para apoiar a resposta à pandemia nas Américas, juntamente com o aumento da eficiência das operações financeiras e de gestão, para atravessarmos a crise orçamentária da Organização de 2019 e 2020 e assegurar o uso apropriado e eficaz dos recursos.

A gestão ágil dos recursos humanos garantiu que os cargos-chave fossem mantidos preenchidos mesmo durante a crise financeira, que os perfis dos cargos fossem remanejados para atender às necessidades programáticas em evolução e que sistemas de aprendizado remoto fossem implementados para manter e atualizar as habilidades e competências do pessoal da RSPA.

Também foram fundamentais para o funcionamento eficaz da Repartição suas comunicações estratégicas, especialmente relacionadas à COVID-19, visando a várias partes interessadas — incluindo populações em situações de vulnerabilidade — e refutando a desinformação e as informações falsas. As tecnologias de informação e comunicação foram essenciais para navegarmos com sucesso no trabalho

remoto durante a pandemia. Outras funções críticas incluíram o departamento de compras — particularmente à luz das demandas sem precedentes dos Estados Membros para a aquisição de vacinas e outros suprimentos e equipamentos médicos para responder à pandemia — e a assessoria jurídica, para fornecer estruturas para o fortalecimento contínuo das políticas e funções da Repartição, gerenciar questões de risco reputacional e salvaguardar os privilégios e imunidades da OPAS, bem como seu status como organização de saúde independente.

É natural que a cooperação técnica da OPAS, assim como a vida em si, nunca será livre de desafios. Juntos, enfrentamos muitos desafios durante o período em análise — alguns de longa data e outros novos.

A pandemia de COVID-19 e a grave crise financeira da Organização constituíram os dois maiores desafios inesperados enfrentados pela Repartição. Embora de caráter muito diferente, os dois se transformaram em situações de emergência que colocaram em risco a cooperação técnica da Repartição.

A infodemia associada à pandemia, com disseminação desenfreada de desinformação e informações falsas, resultou em confusão e rejeição das informações científicas e baseadas em evidências, enquanto a dependência da região de fontes externas e importação de medicamentos, vacinas, equipamentos e suprimentos essenciais levou à indisponibilidade ou insuficiência de quantidades adequadas desses insumos que salvam vidas.

Outros desafios importantes incluíram:

Alterações nas conjunturas políticas, sociais e econômicas da região;

Falta de atenção e recursos adequados para avanços impactantes rumo à saúde universal;

Debilidade de mecanismos para apoiar as abordagens multissetoriais e de múltiplos interessados, que são fundamentais para reduzir as iniquidades e alcançar os resultados desejados em termos de saúde;

Inadequação da preparação e resposta a emergências e desastres;

Limitações à mobilização de recursos, especialmente para prioridades como as DNTs;

Progresso desigual na transformação digital do setor da saúde e disponibilidade das TIC, que tem o potencial de agravar as iniquidades em saúde; e

Necessidade de contínuo fortalecimento institucional da Repartição, proporcionando flexibilidade ao mesmo tempo em que asseguramos transparência, operações éticas e prestação de contas.

Concluindo, seria justo dizer que nesses últimos cinco anos enfrentamos frontalmente os desafios apresentados, incluindo o golpe devastador da pandemia de COVID-19, e ousar dizer que nos saímos bem. Embora a COVID-19 tenha desacelerado o progresso da região em direção a seus objetivos de saúde, ela não nos paralisou, mas sim, nos proporcionou muitas lições e experiências que podemos usar para redobrar nossos esforços e compensar os retrocessos em algumas áreas.

Entre as lições aprendidas, destaca-se que devemos continuar a colocar a equidade no coração da saúde, a fim de não deixar ninguém para trás. É preciso haver ações concertadas, multissetoriais e de múltiplos interessados para abordar os determinantes da saúde — sociais, econômicos, políticos, ambientais, comerciais e outros — com fortes sistemas de proteção social para garantir que o sofrimento

das pessoas em situação de vulnerabilidade não seja agravado por circunstâncias sobre as quais elas têm pouco ou nenhum controle.

Investimentos a longo prazo na saúde pública devem ser uma prioridade — e devem perdurar mesmo quando os governos mudam — a fim de nos prepararmos e respondermos a choques externos e eventos inesperados, como a pandemia de COVID-19. Nossos líderes devem fazer investimentos crescentes e estratégicos em saúde para impulsionar ações no primeiro nível de atenção e em áreas específicas, como a prevenção e o controle de DNTs. Sistemas de saúde fortalecidos e reorientados com base em abordagens de atenção primária são essenciais para a efetivação da saúde universal.

A solidariedade regional e os bens públicos regionais, como a autossuficiência no acesso a medicamentos essenciais, vacinas e tecnologias de saúde, são necessários para garantir que a saúde dos povos das Américas não seja colocada em sério risco por rupturas nas cadeias de suprimento internacionais. É preciso buscar solidariedade e colaboração na construção de capacidades de produção e distribuição sustentáveis na região para reduzir nossa dependência da importação desses e de outros produtos essenciais. A OPAS já começou estabelecendo a plataforma, e dois de nossos países estão começando a trabalhar na produção da vacina mRNA. Também identificamos dois países que foram fortalecidos.

Também vimos a importância de sistemas robustos de vigilância de doenças; capacidades eficientes de diagnóstico laboratorial e manejo clínico; recursos humanos para a saúde bem treinados e distribuídos de forma equitativa; e uma comunicação estratégica que vise às principais partes interessadas, incluindo o público, para combater e enfrentar a desinformação e as informações falsas.

Mesmo enquanto deixo meu cargo e olho na direção de 2030, tenho esperança de que a Repartição agilize sua ação para enfrentar os desafios atuais e emergentes, guiada por nossos órgãos diretores e por estruturas nacionais, regionais e mundiais para a saúde, e em estreita colaboração com parceiros estratégicos.

Deixe-me afirmar inequivocamente que, embora muitos possam encarar a equidade, os direitos humanos, a sustentabilidade, o envolvimento multissetorial, a inclusão social e a participação como simples palavras de ordem a serem usadas em reuniões e documentos para demonstrar as boas intenções e o politicamente correto, esses são princípios fundamentais sobre os quais nosso trabalho está firmemente ancorado.

Diz-se que *uma viagem de mil milhas começa com um único passo*. Embora tenhamos dado muitos passos ao longo desta jornada rumo a uma saúde sustentável e equitativa para todos, ainda há muitos passos a serem dados — e, sem dúvida, muitos mais desafios a serem enfrentados antes de chegarmos a 2030. Mesmo assim, devemos manter nossos olhos fixos no destino, concentrados em não deixar ninguém para trás em nossa busca por saúde para todos e por um mundo melhor.

Deixe-me dizer novamente que tem sido um imenso prazer, uma profunda honra e minha maior realização profissional ter servido como Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde nos últimos dez anos. Os sucessos superaram de longe os desafios, e tive a sorte excepcional de trabalhar com uma equipe de exímios profissionais e trabalhadores dedicados à causa da saúde pública. Mais uma vez expresse minha gratidão a todo o pessoal — independentemente do vínculo contratual — que atua em todas as entidades da Repartição nos níveis regional, sub-regional e nacional.

Sem os esforços incansáveis dos Estados Membros da OPAS, das entidades sub-regionais de integração e dos trabalhadores da saúde em nossos países não haveria avanços na saúde pública. Portanto, quero agradecer-lhes por sua cooperação incansável, por suas contribuições inestimáveis e por suas demonstrações tangíveis de solidariedade e de pan-americanismo em prol da saúde na região.

A todos os nossos parceiros — a OMS e nossas agências irmãs da ONU; organizações não governamentais; fundações filantrópicas; a mídia; instituições financeiras internacionais; o público geral, nas ruas ou *de los barrios*; o setor privado de apoio à saúde; e todos os outros em número grande demais para mencionar — desejo transmitir meu mais sincero apreço por seu apoio, seus conselhos, suas contribuições e sua camaradagem.

Nesta maratona de revezamento, passo adiante o bastão por mais 120 anos de serviço ininterrupto da OPAS, com excelência e valor agregado para a região, e desejo ao próximo Diretor e à equipe da Repartição todo o sucesso em sua gestão e contribuição em prol da saúde e do bem-estar dos povos das Américas e do desenvolvimento sustentável da região.

Sr. Presidente, tentar resumir cinco anos de entrega intensa é difícil, daí a duração da apresentação.

Muito obrigada a todos vocês.

- - -